

A EXPERIÊNCIA DE AUTO-ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES CHILENOS NOS CORDÕES INDUSTRIAIS [1972-1973]



Gabriel Teles Viana*

Porque esta vez no se trata
de cambiar un presidente
será el pueblo quien construya
in Chile bien diferente...

Ya nadie puede quitarnos
el derecho de ser libres
y como seres humanos
podremos vivir em Chile.

**Canción del Poder Popular
Inti-Ilлимани.**

O período de governo (1970-1973) de Salvador Allende, ancorado na política da Unidade Popular, aparece como uma grande experiência histórica no seio das lutas políticas latino americanas ao longo do século XX. Os latentes embates políticos, as especificidades da via institucional para o “socialismo”, a “participação” popular em assuntos governamentais e a reação de alguns setores da burguesia ante a um governo que não atendia alguns de seus interesses imediatos, são elementos que chamaram a atenção de numerosos estudiosos, pesquisadores e militantes de diversas matizes teóricas e expressões políticas. Muito destes, bem intencionados ou não, criam

* Formado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás. Militante do Movimento Autogestionário.

verdadeiras apologias do governo Allende, analisando toda uma experiência histórica, rica e complexa, tão-somente a partir daqueles que estão na cúpula do poder institucional; como se um processo de transformação socialista, que objetiva criar novas formas de sociabilidade e organização dos seres humanos, pudesse ser feito a partir de uma minoria dirigente alocada em formas de organização hierarquizadas e essencialmente capitalista. Enfim, dentro do estado capitalista em suas velhas instituições e velhas práticas dominantes.

À vista disso, análises que partam da perspectiva do movimento operário e demais classes e setores explorados chilenos daquela época, radicalizados e auto-organizados em sua luta, são poucas e negligenciadas por grande parte dos pesquisadores e militantes. Diante deste cenário, as nossas contribuições vão ao sentido de resgatar as experiências dos trabalhadores em suas lutas contra o capital e contra aqueles que dizem representá-los. Nesse sentido, apresentaremos brevemente a experiência de auto-organização dos trabalhadores chilenos conhecida como *Cordões Industriais*.

II

A experiência dos cordões industriais não pode ser compreendida negligenciando o histórico de lutas do movimento operário chileno e sua relação com a totalidade das relações sociais do modo de produção capitalista. Nesse sentido, empreender a análise da forma como o capitalismo assume em terras chilenas e sua ontológica relação com o movimento operário é apreender a dinâmica das lutas de classes e a correlação de forças entre as classes sociais, sobretudo a classe operária e a burguesia, na esfera da produção.

O Chile, bem como os demais países latino americanos, desde o início da acumulação primitiva de capital a partir de saques da Europa sobre as colônias (MARX, 2013), faz parte do processo da constituição e ampliação do capitalismo. Inicialmente enquanto colônia e posteriormente como um país inserido na divisão internacional do trabalho, o Chile se conforma ao bloco de países de capitalismo subordinado. Isto significa que com a crescente ampliação e expansão do domínio do capital. Os países

capitalistas europeus que se industrializaram inicialmente, devido à acumulação primitiva de capital, conseguem manter uma subordinação dos países capitalistas retardatários, como é o caso do Chile.

Portanto, o capitalismo chileno é subordinado e dependente, concatenado às formas de exploração internacional que a cada regime de acumulação constitui. É a partir do regime de acumulação intensivo, que inicia-se no final do século XIX e vai até a II Guerra Mundial (VIANA, 2009), que o neocolonialismo dá lugar para a nova dinâmica de exploração internacional: o imperialismo, calcado na exportação de capital-dinheiro (BENAKOUCHE, 1980). Este processo irradia-se em toda América Latina e reconfigura a forma como é engendrada a produção capitalista nos países latino americanos, sendo o Chile uma experiência notória deste processo.

É neste bojo de múltiplas determinações que o movimento operário chileno se confronta ao longo de seu desenvolvimento histórico no século XX. Logo após a Guerra do Pacífico (1879-1884), o Chile se insere e se integra efetivamente no capitalismo internacional a partir de sua massiva produção de salitre, sendo o único produtor do mundo. Durante muito tempo a produção de salitre será o grande dinamizador do conjunto da economia chilena (CURY, 2013), desenvolvendo, aos poucos, grande contingente de força de trabalho operária que culmina, posteriormente, em sua cristalização a partir da exploração de minérios em várias regiões do país.

Progressivamente, ao longo da primeira metade do século XX, o cenário econômico chileno vai se reconfigurando, na medida em que ocorre um grande impulso para a industrialização, o que significou um exponencial aumento de estabelecimentos manufatureiros, de indústrias e fábricas. Do ponto de vista populacional, em 1926 havia 84.991 trabalhadores operários alocados em diversas áreas de produção. Já em 1940 este número sobe para 287.872 e culmina, em 1949, com 389.700 (CORREA; FIGUEROA, 2001, p. 162). A condição de superexploração (MARINI, 2000) a que foram relegados os países de capitalismo subordinado (ou dependentes), cria condições precárias e intensas jornadas de trabalho, provocando resistência por parte dos explorados e oprimidos.

Nesse sentido, o movimento operário chileno, ao longo de sua luta de resistência e, em alguns casos, de negação do capital em vias de transformação social, reflete a correlação de forças entre as classes sociais, o desenvolvimento das contradições

capitalistas e as possibilidades de emancipação. Algumas experiências são marcantes para a história do movimento operário chileno, tais como algumas greves e mobilizações como a Domingo Rojo (1905), Santa María de Iquique (1907), San Gregorio (1921) e entre outras.

Entre os países latino americanos até meados da década 70, o Chile se apresentou como o país com maior tradição democrática consolidada, respeitando a dinâmica institucional capitalista, sem muita fissura em sua coerência interna. Mas é com a vitória da coalização da Unidade Popular (UP) nas eleições presidenciais de 1970 que ocorre um processo de intensificação das luta de classes, onde cada classe social (burguesia, burocracia, campesinato, proletariado e etc.) manifesta sua correlação de forças e seus interesses.

Allende ganhou as eleições presidenciais do Chile em 1970 com apoio da Unidade Popular¹. A Unidade Popular visava a “construção do socialismo” pelos moldes institucionais, congregando uma maior participação política dos trabalhadores (porém, em seu programa, não havia propostas concretas da efetivação desta participação). Apostava também na tomada do poder legislativo e executivo, além de visar o desenvolvimento da economia por meio da nacionalização de áreas econômicas tais como o setor de minérios, comércio exterior, sistema financeiro, monopólios de distribuição, monopólios industriais, distribuição de energia elétrica, bancos, etc.

Esta política de nacionalização das indústrias deu-se a partir da lógica de combate à dependência econômica do capital multinacional. Nesse sentido, após as eleições vitoriosas da Unidade Popular, foi instituído um programa para a divisão dos setores da economia em áreas de gestão específicas. A Área Social seria controlada pelo Estado, a Área Mista jungia o Estado e setores privados, e a Área Privada que coligava pequenas e médias empresas, sendo estas últimas protegidas de possíveis tentativas de expropriação por parte do operariado. É neste programa que aparece a questão da participação política dos trabalhadores. No entanto, esta participação só se deu nas áreas sociais e em algumas indústrias e empresas das áreas mistas, onde o Estado tinha maior poder de

¹ Coalizão política que incluía os partidos Comunista e Socialista, Partido Radical, Movimiento de Acción Popular Unitario (MAPU), Acción Popular Independiente (API) e Izquierda Cristiana (IC).

decisão. Por consequência, o grosso da população operária, que ainda localizava-se nas áreas privadas, continuou a ter nenhum tipo de participação.

Esta participação política, entretanto, não se configurou num efetivo controle operário sobre os meios de produção das indústrias chilenas. O programa, que na verdade foi estruturado pela CUT (*Central Única de Trabajadores de Chile*) em comum acordo com o governo de Allende, relegou aos trabalhadores tão-somente uma participação nos espaços consultivos, sem poder de decisão e deliberação (sendo este poder ainda confinado nas mãos da burocracia estatal).

Este foi, sem dúvidas, um dos fatores que levaram a classe operária chilena daquela época, à medida que ia avançando suas lutas e sua consciência, a desmascarar o verdadeiro caráter burocrático da Unidade Popular e suas ações, as quais minavam qualquer tipo de autonomia e auto-organização do movimento operário. Quaisquer ações dos trabalhadores que extrapolassem as vias institucionais; qualquer tipo de radicalização (expressa inicialmente em formas de auto-organização) e tomada de suas consciências revolucionárias era combatida pelo governo de forma incisiva. A CUT, a maior central sindical da época, ligada umbilicalmente a Unidade Popular, sendo correia de transmissão dos interesses da burocracia estatal nas fábricas e indústrias, servia como um verdadeiro amortecedor da ação radicalizada dos trabalhadores e um grande vetor de desmobilização em geral.

A situação política do país se intensifica mais ainda com a greve patronal de outubro de 1972, medida dos empresários donos dos meios de circulação fundamentais do país (tanto o transporte de mercadorias quanto o transporte coletivo urbano). Os principais responsáveis pela articulação da greve patronal (além das transportadoras) foram setores dominantes do empresariado chileno: as confederações industriais e as multinacionais do setor de minérios. Tal articulação tinha como aval e patrocínio o governo estadunidense², que via (tanto nas medidas do governo de Allende em curto prazo, quanto nas crescentes e radicalizadas mobilizações dos trabalhadores a médio e longo prazo) uma ameaça aos seus interesses imediatos - no caso do Governo Allende - e

² O relatório Corvert de ação no Chile indica que a CIA introduziu três milhões de dólares no país no ano de 1972 – uns U\$135 milhões atuais.

dos interesses da própria manutenção do modo de produção capitalista em geral - no caso das mobilizações dos trabalhadores.

A paralisação do setor de transporte prejudicou todo o sistema de distribuição e abastecimento. Tal processo trouxe para a população em geral e, de forma mais profunda, para as classes exploradas, uma crise de consumo. Esta crise se estendia desde a básica alimentação até o transporte coletivo que os levavam para o trabalho. Como agravante, a SOFOFA (Sociedad de Fomento Fabril) e a confederação do comércio varejista e pequena indústria instruem as fábricas a se solidarizarem com a greve das transportadoras e paralisarem suas atividades; a Confederação da Produção e do Comércio conclama a não abertura das lojas. Muitos sindicatos, organizações autônomas e movimentos sociais tomam posição e entram em greve: donos de ônibus, Conselho de Medicina, dentistas, engenheiros, contadores, bancários, oficiais da marinha mercante, frações de associações de engenheiros e técnicos, a Ordem dos Advogados, alunos farmacêuticos, determinadas associações de técnicos da Marinha Mercante, os taxistas, os estudantes da Universidade Católica e uma parte dos estudantes secundários da Universidade do Chile. Nas ruas, grupos de extrema-direita atacam os caminhões em atividade espalhando *miguelitos*, que destruíram pneus, e cometeram 52 atentados contra torres elétricas, ferrovias e empresas estatais.

Nesse sentido, os donos de caminhões, passo a passo, obtiveram o apoio das organizações patronais bem como uma expressiva parcela da “classe média” chilena. Em síntese, a greve patronal significou a resposta da burguesia daquele momento histórico vivido no Chile³, colocando em cheque tanto o governo de Salvador Allende, sendo o seu governo representante da burocracia, quanto as iniciais formas de organização e mobilização dos trabalhadores.

A reação do governo diante da situação das greves patronais expressou de forma sistemática a sua política burocrática e posição de colaboração com a burguesia nacional. Allende adotou a conciliação com a burguesia e frações de suas classes auxiliares, o que

³ No contexto da correlação de forças entre as classes sociais, da dinâmica da exploração internacional e das relações entre os estados capitalistas. Neste momento histórico, podemos perceber as contradições e crises de acumulação de capital, colocando em cheque o próprio regime de acumulação conjugado (dando luz, posteriormente, ao regime de acumulação integral).

foi a dinâmica em praticamente todo o seu mandato. A primeira medida foi a mudança da linha econômica do governo, demitindo o ministro Pedro Vuskovic, independente, para assumir Orlando Millas, do Partido Comunista, objetivando frear as nacionalizações, congelar os salários e negociar um acordo com a Democracia Cristã (DC), partido de “oposição”, a propósito da extensão das propriedades sociais. O resultado disso foi que, das 120 empresas inicialmente previstas para passar à área de propriedade social, restariam apenas 49⁴. A segunda medida, mais dura e em franca oposição aos trabalhadores, foi outro acordo com a DC para a inclusão de comandantes das forças armadas ao gabinete no executivo. Este gabinete, cívico-militar, tinha dois objetivos: garantir as eleições parlamentares de março de 1973 e devolver as fábricas ocupadas durante a greve patronal (adiante, falaremos sobre estas ocupações). O conjunto destas medidas ficaram conhecidas como *plano Prats-Millas*, em “homenagem” aos seus articulars, o general Prats, comandante do exército, e Orlando Millas, o novo ministro da economia.

Como podemos observar, o governo da Unidade Popular preocupou-se tão-somente com a sua conservação, explicitando seus reais interesses de classe através da conciliação com a burguesia nacional. Ademais, manifestou sua oposição ao processo de aprofundamento das lutas operárias, servindo como uma importante ferramenta de desmobilização popular.

Nesse sentido, os trabalhadores estavam diante uma dupla e árdua tarefa. Responder e resistir tanto o golpe do capital internacional, com suas velhas formas de exploração e novas táticas de dominação, quanto à burocracia estatal e sindical. Estas classes, que uma vez conquistando o poder autoproclamavam um governo popular, “socialista” e representante dos trabalhadores na realidade correspondiam aos seus próprios interesses.

⁴ É preciso reiterar que as nacionalizações previstas pelo governo da Unidade Popular não representaram mais do que 20% dos trabalhadores industriais chilenos, ou seja, a política de alianças proposta deixava de fora os demais trabalhadores industriais, sem contar os trabalhadores da construção civil, os desempregados, os artesãos, e um largo percentual de trabalhadores rurais não integrados à reforma agrária.

A reação da classe operária e demais trabalhadores explorados foi a radicalização. O rompimento absoluto com a institucionalidade e o desenvolvimento, mesmo que embrionário, da auto-organização de suas lutas. A criação e o desenvolvimento dos Cordões Industriais é resposta e consequência direta desta conjuntura, tanto de ataque do capital quanto daqueles que dizem representar os trabalhadores. É esta resposta, bem como seu processo e suas consequências que veremos a seguir.

III

O esboço e criação do primeiro cordão industrial remetem ao final de junho de 1972, antes mesmo da greve patronal de outubro, onde os cordões industriais se alastram por todo o país e criam um impacto político sem precedentes na história chilena. É importante reconstituir este processo, demonstrando que a radicalização das lutas operárias chilenas é fruto de um acúmulo de experiências, imbuídas de contradições e avanços.

Em meados de abril de 1972, começa um processo de constituição de colaboração e solidariedade política organizada por diversos movimentos populares da região industrial de Cerrillos-Maipú. Esta região abarcava uma grande concentração de indústrias, bairros populares e acampamentos (sem-teto), onde todos eles apresentavam graves problemas de infraestrutura (transporte, escola, hospitais e etc.) e abastecimento. O estopim da revolta da população foi o precário serviço de transporte público oferecido pela municipalidade. O conjunto dos movimentos populares, trabalhadores e diversas direções de partidos políticos convocaram a população a tratar do problema, debater uma plataforma política e organizar um Conselho Comunal de Trabalhadores, tendo como inspiração a organização e experiência dos soviets da revolução russa. Este conselho organizou um documento a ser entregue às autoridades locais, que não compareceram à atividade. Sob a organização e mobilização (realizada fundamentalmente por operários que viviam e trabalhavam na comuna) a principal deliberação do documento foi a necessidade de *“suplantar ambos – la Municipalidad y el Alcalde – por um organismo paralelo próprio de los Trabajadores, lo Consejo Comunal.”* (PESTRANA; THEREFALL, 1974: p. 110-11).

Embora o êxito inicial do conselho, as exigências não foram acolhidas em sua totalidade por parte do governo e nem a mobilização da população em geral conseguiu se manter. No entanto, uma parte daquele conjunto de movimentos populares, que é o movimento operário, continuou a ser organizar. Em junho de 1972, com o processo de greves e de ocupação das indústrias Perlak (conserva de alimentos), Polycron (química industrial e fibras sintéticas) e El Mono (alumínios), a população da comuna de Maipú retorna a se mobilizar. De acordo com Elisa de Campos Borges,

Trabalhadores apresentaram denúncias contra os proprietários das empresas de promoverem boicote da produção, praticar vendas no mercado negro, reduzirem a compra de matérias primas e ainda de ocultar produtos aumentando o desabastecimento. A principal exigência dos trabalhadores era a intervenção do governo nas indústrias e sua incorporação na APS [Áreas de Propriedade Social]. A proximidade geográfica das empresas e o apoio fundamental da população local acabaram por estimular a criação de uma coordenação conjunta do movimento (BORGES, 2014: p. 5)

O Governo Allende, querendo manter a legalidade, cria dezenas de obstáculos para não estatizar as empresas reivindicadas pelos operários. Com isso, dá-se início ao processo de desilusão com os representantes do Estado, a partir da crise nas negociações. Este cenário contribui para a organização de um Comando de Coordenação de Lutas dos trabalhadores do Córdon Industrial Cerrillos-Maipú, durante uma reunião onde estiveram presentes delegados de quase 30 empresas, com participação massiva de trabalhadores independentes e alguns vinculados aos partidos de “esquerda” chilena, totalizando meio milhão de trabalhadores.

É criada uma plataforma do Comando de Coordenação de Lutas⁵ contendo 12 pontos, buscando articular pautas comuns a camponeses, “plobadores” e operários:

- Apoiavam o governo e o presidente na medida em que ele representasse as lutas e mobilizações dos trabalhadores;
- Exigiam a expropriação das empresas monopólicas, assim como daquelas que não cumprissem os compromissos laborais;
- Controle operário da produção por meio da constituição de Conselhos de delegados eleitos pela base;

⁵ A partir de outubro de 72, passa a se chamar Cordón Cerrillos.

- Aumento de salários;
- Dissolução do Parlamento;
- Instalação da Assembleia Popular;
- Criação da Empresa Estatal da Construção com controle de “pobladores” e operários;
- Ocupação de todos os fundos expropriados e controle camponês mediante conselho de delegados;
- Solução imediata aos moradores dos acampamentos;
- Expressavam repúdio aos patrões, à burguesia, ao poder judicial, à controladoria, ao parlamento e aos burocratas do estado.

De acordo com Cury,

O outro elemento significativo da formação deste Cordão foi a demonstração da congregação das formas de luta com os objetivos presentes na lógica de ação dos trabalhadores num claro enfrentamento aos limites estabelecidos pelo sistema. Tratou-se do primeiro cordão industrial cujo êxito de organização inspirou outros diversos movimentos por Santiago e pelo restante do país. A mobilização se deu, assim como em grande parte dos casos, devido a conflitos trabalhistas nas empresas daquele setor específico e a problemas no abastecimento. (CURY, 2013, p. 290)

Trancoso (1988) demonstra que o Comando Coordenador/Cordão Cerrillos foi o primeiro esboço de uma coordenação geográfica dos trabalhadores chilenos e que romperam com os canais e instituições sindicais. É aqui que se encontra o que o autor vai chamar de “autonomia classista”, apesar de não esclarecer o que significa esta expressão. Em nossa perspectiva, no entanto, podemos dizer de forma mais precisa que esta experiência significou um inicial rompimento com a burocracia estatal rumando para a auto-organização. Ainda nesta época existia um apoio ao governo Allende, mas só quando este contribuiu para a luta e mobilização dos trabalhadores. No entanto, mesmo com o início do rompimento com a burocracia estatal, resistia a relativa influência das burocracias partidárias no seio do movimento operário. Esta era enfraquecida à medida que a consciência de classe do movimento operário iria se aprofundando a partir de suas lutas.

Com a chegada da greve patronal de outubro de 1972, o movimento operário já havia experimentado formas de autonomia e auto-organização. Nesse sentido, a reação

às consequências da greve (desabastecimento, ataques e atentados da direita, sabotagens, mercado negro e etc.), foi imediata e surpreendente. Isso tanto para a burguesia (que percebia uma sólida organização de resistência dos trabalhadores) quanto para a burocracia estatal (que percebeu que a luta dos trabalhadores extrapolavam a dinâmica institucional capitalista).

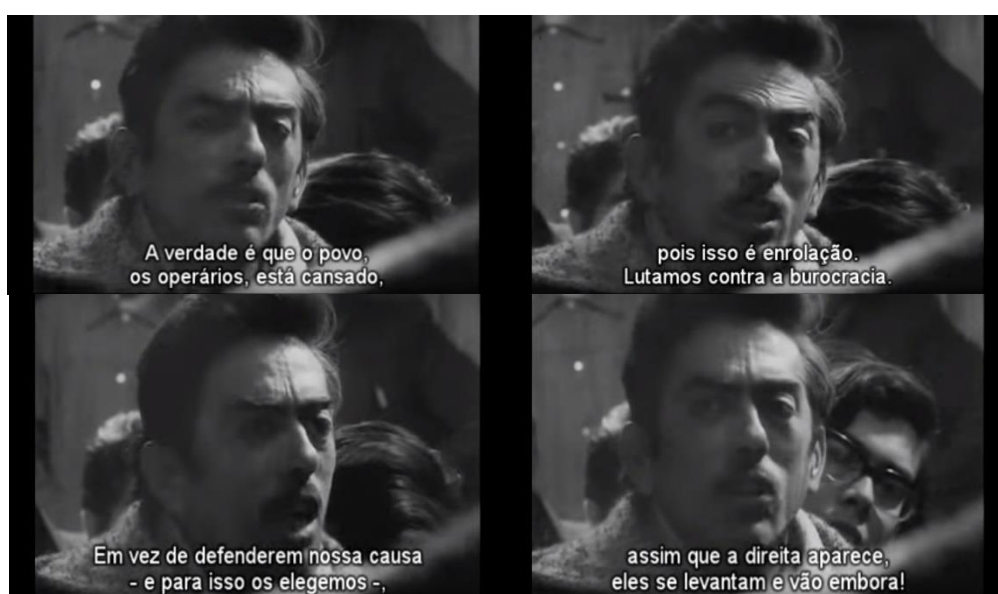
A resposta dos trabalhadores foi a massiva e generalizada tomada de fábricas e a consolidação dos cordões industriais em todo o território chileno. A tomada de fábricas não obedeceu nenhum critério utilizado pelo governo Allende; indistintamente as fábricas foram ocupadas, sobretudo as das áreas privadas, onde os trabalhadores não tinham nenhum controle sobre a produção. Por meio das ocupações se enfraquecia a posição dos patrões dentro de suas próprias fábricas e se potencializavam as coordenações de trabalhadores. Nasceram assim os cordões de Vicuña Mackenna e Estación Central em Santiago e de Hualpencillo, em Concepción, em consequência da paralisação de outubro.

Não há dúvidas que a inicial tomada e ocupação de fábricas foi fruto de uma tentativa de ajudar o governo a superar as dificuldades da greve. Contudo, o desenvolvimento das ocupações e das novas formas de solidariedade entre os trabalhadores e as populações dos cordões, ultrapassaram todas as expectativas em relação aos seus objetivos iniciais.

O plano da burguesia de criar o caos é neutralizado pelos trabalhadores e população geral que, com suas próprias mãos, colocam os meios de produção para funcionar de forma auto-organizada. Allende, como já dissemos anteriormente, busca a saída da crise a partir da conciliação com a burguesia; nesse sentido, diminui o número de fábricas a serem nacionalizadas (de 120 para 43) e coloca o exército para garantir o cumprimento dessa medida. Porém, como o grande número de apoiadores do governo era oriundo de frações da classe trabalhadora, não podia se utilizar da repressão para retomar as fábricas recuperadas e estabilizá-las frente aos acordos que firmara com a Democracia Cristã e a burguesia. Nesse sentido, o governo da Unidade Popular utiliza da burocracia sindical, a Central Única del Trabajadores de Chile (CUT), para tentar cooptar e convencer os operários a retrocederem e saírem das fábricas ocupadas. No entanto, os representantes da CUT, ao tentarem convencer os operários a desocuparem as fábricas e

voltarem a confiar no governo Allende, são recebidos com vaias e respostas expressando a recusa a burocracia e a necessidade de avanço para auto-organização do trabalhadores.

É emblemática a discussão entre um operário e um burocrata da CUT no famoso e clássico documentário *A Batalha do Chile* do cineasta Patricio Guzmán: o operário, em resposta ao burocrata da CUT, demonstra que a ocupação das fábricas não se limita à defesa do Governo Allende; significa, mais do que isso, um processo de transformação social a partir dos trabalhadores, que superou a própria institucionalidade e apoio do Estado, já que estes estão alheios aos interesses dos trabalhadores.



A ocupação das fábricas trouxe, além do controle operário, novas formas de sociabilidade e distribuição de mercadorias. A solidariedade entre as indústrias, bem como o intenso debate e intercâmbio tanto de ideias, quanto de experiências laborais, possibilitou novas formas, mesmo que embrionárias, de uma sociabilidade oposta aos valores burgueses e aos interesses capitalistas.

Com a crise de abastecimento causada pelas greves e paralisações patronais, os operários dos cordões industriais em articulação com a população de suas respectivas regiões (muitos deles organizados em comandos comunais), foram responsáveis por estruturar e organizar um novo sistema de relações comerciais para neutralizar o efeito da crise sobre a população. Assim, se incumbiram de tomar os comércios, a se responsabilizarem pela distribuição e pelo transporte; na utilização do caminhão da

fábrica para transportar leite às poblaciones, na organização das feiras populares, no intercâmbio de produtos e de matérias-primas entre as fábricas, e na formação de comitês de defesa com “pobladores”⁶ e operários contra possíveis ataques.

Com um pouco mais de um ano existência, os cordões industriais conseguiram agrupar grande parte do operariado chileno. Em Santiago, se organizaram os seguintes cordões: Cerrillos e Vicuña Mackenna, O’Higgins, Macul, San Joaquín, Recoleta, Mapocho-Cordillera, Santa Rosa-Gran Avenida, Panamericana Norte, Santiago Centro e Vivaceta. Em Valparaíso foram desenvolvidos os Cordón Puerto, Cordón Centro, Cordón Almendral, Cordón Quince Norte, Cordón El Salto, Cordón Concón e Cordón Quintero-Ventanas. Ainda se desenvolveram em cidades como Arica, Concepción, Antofagasta e Osorno (BORGES, 2011).

E como se dava a auto-organização dos trabalhadores dos cordões industriais? Após a criação e consolidação dos cordões, os trabalhadores começaram a sistematizar a forma de organização. Segundo Trancoso (1988), começa-se a adotar, a partir do primeiro semestre de 1973, um modelo orgânico, com especificidades locais de cada cordão industrial:

- Assembleia de Trabalhadores de cada indústria ou empresa por Cordón, que elegeria de 2 a 3 representantes para o seu Conselho, não necessitando ser um representante sindical;
- Conselho de delegados do Cordón;
- Direção do Cordón Industrial que era escolhida por eleição no Conselho de Delegados. Esta “direção” (com caráter executiva, não deliberativa) englobava a presidente e Secretarias de organização, agitação e propaganda, defesa cultura e imprensa.

Nesse sentido, nas assembleias que eram deliberadas as ações de cada cordão. Devido à pouca documentação e registros, é difícil analisar a dinâmica interna de cada cordão industrial. Mas podemos dizer em linhas gerais que as formas de organização

⁶ Moradores das periferias, favelas e que faziam número nas fileiras do lumpemproletariado.

variavam de região para região. Alguns cordões, mais avançados, conseguiram desatar o nó e se desvincilharam da burocracia sindical e partidária; outros, porém, mantinham uma grande influência de lideranças sindicais e partidárias (como é o caso do MIR [Movimento de Esquerda Revolucionária], com tendências trotskistas e influências da revolução cubana). Mas em ambos os casos a insatisfação dos trabalhadores com seus representantes lhe permitia eleger outro delegado. Em síntese, as reuniões dos cordões em geral eram abertas, livres, e muitas vezes contavam com a participação de moradores da região.

No primeiro dia de fevereiro de 1973, divulgado pelo jornal *Tarea Urgente*, surge a primeira plataforma de luta em conjunto dos Cordões Industriais do período, com as principais bandeiras e orientações para os trabalhadores das várias indústrias que compunham o movimento:

- 1) la lucha por el paso al área social, a manos de los trabajadores de todas las empresas que tengan que ver con la fabricación de productos de primera necesidad, alimentos y de las industrias de materiales de construcción; 2) la lucha por la expropiación inmediata de las grandes distribuidoras privadas; 3) la expropiación de todos los fundos mayores de 40 has. de riego básico; 4) construir el control obrero de la producción en el sector privado y el control popular de la distribución. Los trabajadores participan en la decisión de lo que se produce para el pueblo: qué se hace con las ganancias y donde van a parar los alimentos. Para ello llamamos a la constitución inmediata de los comités de vigilancia obrera en todas las industrias privadas; 5) que no se devuelva ninguna industria que este en manos de los trabajadores y retiro inmediato del proyecto Millas; 6) distribución directa de la canasta popular al pueblo por los Almacenes Populares. Para ello debe formarse una sola distribuidora estatal; 7) la formación de una comisión bipartita, Gobierno-Pueblo que tenga a su cargo la planificación, ejecución y control del abastecimiento; 8) poder de sanción para las JAP y los Comandos Comunales que se controle lo que se reparte a los comerciantes y se castigue a los que no venden, acaparen y especulen. No más cuotas de alimentos para estos ladrones, cierre de sus negocios y venta directa a los pobladores. Los obreros de los Cordones Industriales se movilizarán para hacer efectivo ese poder. 9) trabajo estable y seguro para los trabajadores de la construcción; 10) creación de la empresa estatal de la construcción que lleve a un sistema único de planificación de las adquisiciones aprovisionamiento y maquinarias; 11) la defensa de los medios de comunicación que apoyan la lucha revolucionaria de los organismos de poder de los obreros, pobladores y campesinos; 12) llamamos a todos los trabajadores a constituir los Comandos Industriales por Cordón y Comando Comunales, como única manera

de que la clase disponga de un organismo de acción eficaz, capaz de movilizarla y plantearle nuevas tareas (TAREA URGENTE, 1973)

Muitas dessas reivindicações iam de encontro com as políticas e propostas da Unidade Popular, demonstrando não mais uma inicial ou relativa oposição ao governo, mas uma indubitável relação de confronto.

Em 11 de outubro de 1973, o Golpe de Estado executado pelo exército chileno fez com que bruscamente o avanço dos trabalhadores parasse. A experiência dos cordões industriais durou pouco tempo. Mas neste pouco tempo, o avanço da consciência de classe, a ameaça de rompimento com as relações capitalistas, bem como o desvencilhamento com o governo e muitas das burocracias sindicais e partidárias, demonstra o caráter revolucionário desta experiência.

Enquanto o exército bombardeava o *Palácio de La Moneda* destruindo a resistência do governo Allende, tropas rumavam para os cordões industriais para reprimir e aniquilar qualquer tipo de resistência à ditadura militar que estava por vir. Mesmo com uma inicial resistência por parte dos trabalhadores, a desigualdade de forças fez com que o exército esmagasse todo e qualquer tipo de resistência. Centenas de mortos por parte dos explorados e oprimidos. Militantes e trabalhadores com maior consciência de classe foram enviados para campos de concentração que se tornaram os estádios de futebol chilenos. As lideranças do governo que sobreviveram, bem como as das demais burocracias partidárias e sindicais, fugiram em exílio para não serem perseguidos. Aos trabalhadores, que não tinham condições de fugir, restou a barbárie e o terror.

IV

À guisa de síntese, podemos dizer que os cordões industriais, como bem disse Cury (2013), podem ser caracterizados como uma organização de caráter territorial conformada por fábricas de diversos setores produtivos que visava, além da organização política, mantendo o permanente debate entre os trabalhadores locais, ações conjuntas para a manutenção da produção sob o controle dos trabalhadores⁷.

⁷ Devido ao espaço (e por não ser o objetivo do presente texto), não poderemos abordar a questão do Poder Popular. No entanto, o conjunto das ações da população em suas organizações autônomas

A sua importância está em seu avanço nas lutas operárias chilenas, buscando se auto-organizarem, criando estruturas igualitárias de ação coletiva que entram em antagonismo direto com as relações sociais existentes na sociedade atual:

A auto-organização operária é temida tanto pela repressão a serviço do status quo, como também pela esquerda tradicional, sendo que ambas pretendem, por meio da burocratização e da manipulação da informação, manobrar as organizações operárias. Daí as relações socialistas serem fruto da auto-organização operária unida à consciência social que os trabalhadores tenham de sua prática (Tragtenberg, 2008: p. 3)

Os limites desta experiência se expressam tanto pelo não rompimento com a totalidade daquilo que Tragtenberg chama de “esquerda tradicional”, ou seja, a burocracia partidária, quanto pela dualidade entre o apoio ao governo e o seu rompimento total. Acreditamos que este rompimento total seria consequência direta das próprias ações dos cordões, que a cada dia entravam em antagonismo com as medidas do governo. Infelizmente esta hipótese não pode ser verificada posto a destruição dos cordões pelo golpe do exército chileno, reprimindo os trabalhadores em sua radicalização.

Nesse sentido, podemos relegar a experiência dos cordões industriais, apesar de suas contradições e limites, como uma experiência autogestionária, onde a máxima basilar da AIT, escrita por Marx, foi posta em prática: *A emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores!*

Referências:

BENAKOUCHE, Rabah. **Acumulação Mundial e Dependência**. Petrópolis, Vozes, 1980.

BORGES, Elisa. **Con la Unidad Popular, ahora somos Gobierno. A experiência dos Cordones Industriales no Chile de Allende**. Anais do XI Encontro Internacional da ANPHLAC. Niterói, Rio de Janeiro, 2014.

do governo, ficou conhecida como Poder Popular. Há um rico e complexo debate sobre este ponto, suscitando discussões tanto no calor do momento quanto discussões teóricas acerca do significado do Poder Popular. Em outro momento, apresentaremos uma discussão sobre.

CORREA, Sofia; FIGUEROA, Consuelo (Org.) **História del siglo XX chileno: balance paradójal**. Santiago: Editorial Sudamericana, 2001.

CURY, Márcia Carolina de Oliveira. **O protagonismo popular experiências de classe e movimentos sociais na construção do socialismo chileno (1964-1973)**. Tese de doutorado, Campinas, 2013.

____. **Sindicatos e cordões industriais: a constituição de novas relações sociais na construção do socialismo chileno (1972-1973)**. Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina. Londrina, UEL. 2010.

10 Cf. Ibid., p. 113.

GAUDICHAUD, Franck. **Poder Popular y Cordones Industriales: Testemunios sobre el movimiento popular urbano 1970-1973**. Santiago: LOM, 2004.

JORNAL TAREFA URGENTE. 1978.

KORSH, Karl. **Marxismo e Filosofia**. Porto, Afrontamento, 1977.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis, Vozes, 2000.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2º edição, São Paulo, Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl. **O Capital**. 1ª edição, São Paulo, Boitempo, 2013.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. 1º edição. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

PESTRANA, Ernesto; THEREFALL, Mônica. Pan Techo y Poder. **El Movimiento de Pobladores de Chile (1970-1973)**. Buenos Aires: Ed. SIAP-Planteos, 1974.

TRAGTENBERG, Maurício. **Reflexões sobre o socialismo**. 1ª edição, São Paulo, Editora Unesp, 2008.

TRANCOSO, Hugo Cancino. **Chile: la problemática del Poder Popular en el proceso de la vía chilena al socialismo – 1970-1973**. Ed. AARHUS, University Press, 1988.

VIANA, Nildo. **O Capitalismo na Era da Acumulação Integral**. 1º edição, Aparecida, Idéias & Letras, 2009.